

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	39
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	41
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	42
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	313.558
Preferenciais	0
Total	313.558
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.718.460	1.690.712
1.01	Ativo Circulante	44.113	47.801
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	5.397	6.382
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.944	1.347
1.01.03	Contas a Receber	15.770	14.880
1.01.03.01	Clientes	15.770	14.880
1.01.06	Tributos a Recuperar	307	3.037
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	307	3.037
1.01.07	Despesas Antecipadas	8.600	5.988
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	8.095	16.167
1.01.08.03	Outros	8.095	16.167
1.01.08.03.02	Outros	1.307	935
1.01.08.03.03	Conta Reserva	6.788	15.232
1.02	Ativo Não Circulante	1.674.347	1.642.911
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	13.800	15.857
1.02.01.06	Tributos Diferidos	11.015	12.713
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.015	12.713
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	1.550	1.921
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.235	1.223
1.02.03	Imobilizado	3.030	3.102
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.030	3.102
1.02.04	Intangível	1.657.517	1.623.952
1.02.04.01	Intangíveis	1.657.517	1.623.952
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.657.517	1.623.952

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.718.460	1.690.712
2.01	Passivo Circulante	1.411.201	1.391.891
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.547	8.490
2.01.01.01	Obrigações Sociais	968	7.340
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	8.579	1.150
2.01.02	Fornecedores	31.855	34.517
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	31.855	34.517
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.770	3.943
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.516	1.865
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	69	107
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.185	1.971
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	986.830	1.001.043
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	986.830	1.001.043
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	986.830	1.001.043
2.01.05	Outras Obrigações	379.199	343.898
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	370.144	338.594
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	310.809	299.142
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	59.335	39.452
2.01.05.02	Outros	9.055	5.304
2.02	Passivo Não Circulante	15.364	10.129
2.02.02	Outras Obrigações	1.059	962
2.02.02.02	Outros	1.059	962
2.02.04	Provisões	14.305	9.167
2.02.04.02	Outras Provisões	14.305	9.167
2.02.04.02.04	Provisões para Conserva Especial	13.750	8.679
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	555	488
2.03	Patrimônio Líquido	291.895	288.692
2.03.01	Capital Social Realizado	313.558	313.558
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-21.663	-24.866

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	127.763	204.342
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-76.800	-146.111
3.03	Resultado Bruto	50.963	58.231
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.515	-4.855
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.497	-5.037
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	182
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-18	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	45.448	53.376
3.06	Resultado Financeiro	-40.548	-24.106
3.06.01	Receitas Financeiras	694	416
3.06.02	Despesas Financeiras	-41.242	-24.522
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	4.900	29.270
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.697	-9.912
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.203	19.358
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.203	19.358
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	3.203	19.358
4.03	Resultado Abrangente do Período	3.203	19.358

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	33.215	34.409
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	69.442	36.319
6.01.03	Outros	-36.227	-1.910
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-21.213	-86.805
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.987	52.007
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-985	-389
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.382	5.288
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	5.397	4.899

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	313.558	0	0	-24.866	0	288.692
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	313.558	0	0	-24.866	0	288.692
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	3.203	0	3.203
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.203	0	3.203
5.07	Saldos Finais	313.558	0	0	-21.663	0	291.895

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/03/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	240.558	0	0	-39.666	0	200.892
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	240.558	0	0	-39.666	0	200.892
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	19.358	0	19.358
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	19.358	0	19.358
5.07	Saldos Finais	240.558	0	0	-20.308	0	220.250

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 31/03/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 31/03/2016
7.01	Receitas	135.824	212.412
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	95.926	97.676
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	39.898	114.736
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-66.337	-135.648
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-39.898	-114.736
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-13.890	-20.368
7.02.04	Outros	-12.549	-544
7.03	Valor Adicionado Bruto	69.487	76.764
7.04	Retenções	-6.052	-5.649
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-6.052	-5.649
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	63.435	71.115
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.126	1.050
7.06.02	Receitas Financeiras	694	416
7.06.03	Outros	432	634
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	64.561	72.165
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	64.561	72.165
7.08.01	Pessoal	8.457	8.596
7.08.01.01	Remuneração Direta	7.244	7.391
7.08.01.02	Benefícios	775	800
7.08.01.03	F.G.T.S.	438	405
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.645	20.025
7.08.02.01	Federais	7.100	15.542
7.08.02.02	Estaduais	38	49
7.08.02.03	Municipais	4.507	4.434
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	41.256	24.186
7.08.03.01	Juros	40.811	23.780
7.08.03.02	Aluguéis	356	377
7.08.03.03	Outras	89	29
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.203	19.358
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.203	19.358

Comentário de Desempenho

1. Perfil da Companhia

1.1. Apresentação

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”) foi constituída em 27 de dezembro de 2013, com propósito de explorar o lote da BR-163 MT, que compreende o trecho rodoviário com extensão total de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na BR-070, entre os municípios de Itiquira (divisa com Mato Grosso do Sul) e Sinop, passando por 19 municípios do estado do Mato Grosso, entre eles a capital Cuiabá.

A Concessão tem o objetivo de executar os serviços correspondentes às funções operacionais, de conservação, recuperação e de ampliação da BR-163 MT, através do Contrato “EDITAL Nº 003/2013, Parte VII” assinado pela União através da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) e a Concessionária Rota do Oeste em 12 de março de 2014, com duração prevista de 30 (trinta) anos a contar de 21 de março de 2014, data de assunção do contrato (“CONTRATO”). Conforme o Contrato de Concessão, os investimentos no Projeto são determinados pelo Programa de Exploração da Rodovia (“PER”).

1.2. Destaques

A Companhia completou três anos de implantação no dia 20 de março de 2017. Durante estes três anos investiu R\$ 1,6 bilhão em obras de recuperação, operação, ampliação e melhoria do sistema rodoviário sob concessão, recolheu R\$ 57,6 milhões em ISSQN aos cofres de 19 municípios referente a obras e arrecadação, atendeu 276.334 ocorrências e acidentes e reduziu em 25% o número de vítimas fatais, beneficiando 131.638 pessoas, através de seus programas de responsabilidade social.

Durante o primeiro trimestre de 2017 foram celebrados o 5º aditamento ao empréstimo ponte do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e o 1º aditamento ao empréstimo ponte da Caixa Econômica Federal – CEF. Em 01 de fevereiro de 2017 a alçada competente do BNDES autorizou a celebração do aditamento para prorrogar a data de vencimento da parcela única de amortização do principal da dívida, de 15/02/2017 para 15/05/2017, e em 21 de fevereiro de 2017 foi aprovado pela CEF o aditamento para determinar a prorrogação do prazo de carência, de 20/02/2017 para 20/05/2017.

1.3. Perspectivas

A CRO busca financiamento para fazer face aos investimentos previstos no contrato de concessão. Como financiamento principal a Concessionária vem negociando um financiamento de Longo Prazo, cujas condições de apoio foram divulgadas em 2013 por BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, para as licitações de Concessões de Rodovias Federais integrantes do Programa de Investimentos em Logística (“PIL”). Além do financiamento principal, a CRO considera outras fontes de financiamento, entre elas, debêntures de infraestrutura ou outras fontes que poderão ser exploradas pela Concessionária.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

2. Desempenho Econômico Financeiro

2.1. Tráfego

Categoria	Em milhares de VEP		
	1T17	1T16	Var. (%)
Pesado	17.843	20.888	-15%
% VEP	89%	90%	-
Leve	2.275	2.275	0%
% VEP	11%	10%	-
Total VEP.¹	20.118	23.162	-13%

¹ Veículos Equivalentes Pagantes ("VEP") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos).

Durante o primeiro trimestre de 2017, o tráfego pagante alcançou um total de 20.118 mil em VEP, valor 13% inferior ao registrado no mesmo período do ano anterior, quando atingiu um volume de 23.162 mil VEP. O tráfego pagante do período foi composto de 89% de veículos pesados e 11% de veículos leves.

2.2. Receitas

Descrição	Em milhares de reais		
	1T17	1T16	Var. (%)
Receitas de Pedágio	95.045	96.560	-2%
Receitas Acessórias e Outras	920	1.116	-18%
Receita Bruta	95.965	97.676	-2%
Tributos sobre serviços de operação	(8.100)	(8.070)	0%
Receita Líquida	87.865	89.606	-2%

A receita total gerada pela arrecadação do pedágio, pelas receitas acessórias e outras receitas foi de R\$ 95.965 mil no primeiro trimestre de 2017, valor 2% inferior ao mesmo período de 2016 visto que o tráfego pagante apresentou redução significativa no período. A receita líquida, por sua vez, foi de R\$ 87.865 mil.

2.3. Custos e Despesas

Os custos e despesas totais refletem os Custos de serviços, Custos de Obra de Infraestrutura e as Despesas Gerais e Administrativas.

Descrição	Em milhares de reais		
	1T17	1T16	Var. (%)
Custos de Serviços	(36.902)	(31.375)	18%
Custos de Obra de Infraestrutura	(39.898)	(114.736)	-65%
Despesas Gerais e Administrativas	(5.497)	(5.037)	9%

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

Os custos de serviços incorridos durante o primeiro trimestre de 2017 totalizaram R\$ 36.902 mil. Os Custos de Obra de Infraestrutura, por sua vez, totalizaram R\$ 39.898 mil de janeiro a março de 2017, valor 65% inferior ao registrado para o mesmo período do ano anterior. Os custos de serviços e despesas gerais e administrativas apresentaram aumento de 18% e 9% no mesmo período respectivamente.

2.4. EBITDA

Descrição	Em milhares de reais		
	1T17	1T16	Var. (%)
Resultado líquido do período	3.203	19.358	83%
(+/-) Imp. de Renda e Contrib. Social Diferidos	1.697	(9.912)	-117%
(+/-) Resultado Financeiro Líquido	40.548	24.106	68%
(+/-) Outras (despesas) receitas	18	(1.126)	-102%
(+/-) Depreciação / Amortização	6.053	5.649	7%
(+/-) Provisões	4.866	1.072	354%
EBITDA	56.385	39.148	44%

O EBITDA atingiu no primeiro trimestre de 2017 o montante de R\$ 56.385 mil, registrando elevação em relação ao mesmo período de 2016, de 44%.

2.5. Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais		
	1T17	1T16	Var. (%)
Receitas Financeiras	694	416	67%
Despesas Financeiras	(41.242)	(24.522)	68%
Resultado Financeiro Líquido	(40.548)	(24.106)	68%

No acumulado de janeiro a março de 2017, o resultado financeiro líquido da Companhia atingiu o valor negativo de R\$ 40.548 mil, registrando um aumento de 68% ante ao 1T16. As Receitas Financeiras totalizaram R\$ 694 mil no mesmo período, aumento de 67% no comparativo com o mesmo período do ano anterior, enquanto as despesas financeiras também apresentaram variação positiva, com elevação de 68%.

2.6. Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	Var. (%)
Dívida Bruta	986.830	1.001.043	-1%
Caixa e Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras	(18.129)	(22.961)	-21%
Dívida Líquida	968.701	978.082	-1%

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

Ao final do primeiro trimestre de 2017 o endividamento líquido da Companhia apresentou recuo de 1% comparado ao final do ano anterior, totalizando R\$ 968.701 mil. O valor de Caixa, Equivalente de Caixa e Aplicações Financeiras foi 21% menor no mesmo comparativo.

2.7. Investimentos

Os investimentos acumulados até o primeiro semestre de 2017 totalizaram R\$ 1.657.517 mil sendo destinados aos trabalhos iniciais na rodovia, como conservação, tapa-buraco, sinalização, às obras de duplicação de trecho de 117,6 km ao sul de Rondonópolis, à conclusão das obras das praças de pedágio, à construção de alguns dispositivos que compõe o sistema rodoviário, bem como conservação e recuperação de trechos assumidos recentemente através de Termos Aditivos ao Contrato de Concessão.

Para o pleno atendimento do PER, são estimados ao longo da concessão R\$ 6,8 bilhões em investimentos, sendo R\$ 3,4 bilhões durante os primeiros 5 anos do Projeto (valores em moeda real de novembro 2013).

3. Informações da Companhia

3.1. Gestão de Pessoas

A base para integração de Pessoas dentro da empresa é feita através dos princípios, conceitos e critérios da Tecnologia Empresarial Odebrecht (“TEO”). Nos pilares da TEO está a orientação para os resultados, a descentralização da gestão através da delegação planejada e a educação pelo e para o trabalho.

A base de todo o trabalho é a confiança nas pessoas e em sua capacidade de buscar seu autodesenvolvimento pessoal e profissional. A CRO terminou o primeiro trimestre de 2017 com o efetivo de 693 integrantes diretos.

3.2. Atendimento ao Usuário

A CRO presta serviços de atendimento ao usuário com a disponibilização de 18 bases operacionais, serviço de atendimento médico com 13 ambulâncias de resgate e 5 UTI´s com médico, 19 viaturas de inspeção, 18 guinchos para atendimento a veículos de passeio e 8 para atendimento exclusivo a caminhões, além de 5 caminhões de combate a incêndio (caminhões-pipa), 5 caminhões-guindaste e 5 veículos para apreensão de animais. Toda esta estrutura está disponível a todos os usuários da rodovia, bem como o telefone de emergência gratuito (0800 065 0163), além do Centro de Controle de Operações (“CCO”), que monitora a rodovia 24 horas por dia.

Durante janeiro a março de 2017 o CCO registrou 29.741 ocorrências, das quais resultaram em acionamentos para os veículos de apoio, destacando-se:

- 17.230 acionamentos para atendimento mecânico e apoio operacional pelos veículos de inspeção de tráfego, guinchos e combate a incêndio;
- 10.996 acionamentos para remoção de veículos;
- 1.515 acionamentos para as ambulâncias.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

4. Governança

A Concessionária Rota do Oeste S.A. é uma sociedade anônima, de propósito específico, de capital fechado registrada na categoria B perante a CVM, criada sob a forma de subsidiária integral da Odebrecht Rodovias S.A.

A estrutura de Governança Corporativa da Companhia está atualmente calçada em duas entidades principais, o Conselho de Administração e a Diretoria da Companhia.

De acordo com o estatuto social da Companhia, o Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, três e, no máximo, seis membros efetivos e respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral da Sociedade, com um mandato unificado de dois anos, sendo permitida a reeleição.

O Conselho de Administração tem sua atuação definida no âmbito institucional da organização, atuando na fixação da orientação geral dos negócios da Companhia, na análise dos relatórios da administração e contas da Diretoria, na convocação de assembleias, na aprovação do Plano de Negócios, entre outras atribuições.

A Diretoria é o órgão executivo e de representação da Companhia. A Diretoria deverá ser composta de no mínimo dois Diretores, e, no máximo, quatro Diretores eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores, um Diretor Técnico de Engenharia, e um Diretor de Operações. Os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração para um mandato de dois anos, admitida a reeleição.

A Rota do Oeste implantou, em 2014, um Sistema de Conformidade com o objetivo de endereçar regras e procedimentos para assegurar a conformidade dos negócios com os requisitos legais e princípios de conduta ética e responsável na tarefa empresarial (“Sistema de Conformidade”). Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) implementação do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) criação e plena operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) implantação do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, por meio da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

Uma série de iniciativas para aprimoramento e robustez do Sistema de Conformidade da Rota do Oeste foram iniciadas em 2016, as quais decorrem de alterações realizadas no âmbito de sua controladora após reestruturação da estrutura de governança de seu Sistema de Conformidade. Dentre as ações em curso, incluem-se (i) elaboração de matriz de riscos e controles; (ii) participação em compromissos públicos ligados ao tema conformidade (a Odebrecht Transport S.A. é signatária do Pacto Global da ONU desde março de 2016); (iii) revisão e criação de políticas e diretrizes internas; (iv) plano para capacitação de seus Integrantes sobre o Código de Conduta e políticas/diretrizes internas; e (v) elaboração de campanhas de comunicação interna para reforço das mensagens do Código de Conduta da Rota do Oeste.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

5. Responsabilidade Socioambiental

5.1. Desempenho Social e Benefício às Comunidades

No primeiro trimestre de 2017 a Companhia realizou o projeto Safra Segura e Parada Legal.

O projeto Safra Segura tem o objetivo de levar informações acerca do período da safra aos motoristas responsáveis pelo transporte de carga, contribuindo para prevenção de acidentes de trânsito e educando para a importância da direção defensiva e segura. O projeto ocorreu através de divulgação ao longo de toda a concessão e na mídia, e nos eventos realizados em Cuiabá e Rondonópolis, que contaram com a participação de 1.180 motoristas durante oito dias de ação, com 20 palestras e 09 instituições parceiras.

O projeto Parada Legal é destinado ao público de caminhoneiros e tem como objetivo reduzir o número de acidentes na rodovia BR-163 em MT através da sensibilização dos caminhoneiros para uma direção segura, cuidados com a saúde, manutenção do veículo, bem-estar e qualidade de vida durante a viagem. A 1ª edição de 2017 do Projeto Parada Legal foi realizada entre os dias 28 e 30 de março na cidade de Rondonópolis-MT. A ação beneficiou 721 caminhoneiros com a realização de 22 serviços na área da saúde, educação, segurança e bem-estar, e contou com a parceria de 12 instituições/empresas para sua realização.

No 1T17 a CRO gerou ingressos de recursos direto aos cofres dos municípios limieiros no valor de R\$ 1.127 mil a título de ISSQN sobre os investimentos realizados em obras, e R\$ 4.469 mil a título de ISSQN sobre a arrecadação do pedágio, totalizando a destinação de R\$ 27.202 e R\$ 30.405 mil desde a implantação da Companhia, respectivamente.

5.2. Sustentabilidade

A gestão ambiental da CRO inclui a execução de programas como o Programa Integrado de Controle e Gestão Ambiental para a Construção, Programa de Monitoramento e Controle dos Atropelamentos da Fauna Silvestre, Programa de Monitoramento e Controle de Supressão Vegetal, e todos aqueles que são condicionantes do processo de licenciamento das obras de duplicação.

Durante a elaboração dos estudos ambientais para o licenciamento das obras de duplicação, foram considerados potenciais impactos nas comunidades indígenas localizadas em um raio de 40 km dos trechos a serem duplicados, conforme determinado na Portaria Interministerial nº 419/2011. Na área considerada existem dois Territórios Indígenas ("TI") da etnia Bororo, as TIs Tereza Cristina e Tadarimana, que somam mais de mil indígenas.

A CRO obteve, em 24 de janeiro de 2016, as certificações da efetiva implantação e conformidade de seus Sistemas de Gestão baseados na NBR ISO 9001:2008 e NBR ISO 14001:2004. As conquistas dos Selos ISO reafirmam o compromisso da CRO na implantação de uma gestão moderna, transparente, voltada para o atendimento integral dos requisitos ambientais e às melhores práticas de governança corporativa.

A certificação é apenas o início da busca contínua pela melhoria dos nossos processos de gestão, que se traduzem no correto atendimento aos usuários da BR-163/MT.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às informações intermediárias condensadas de 31 de março de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), com sede em Cuiabá, Mato Grosso, é uma sociedade anônima de propósito específico e capital fechado, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), foi constituída em 27 de dezembro de 2013 e iniciou suas operações em 6 de setembro de 2015, tendo como objetivo explorar, pelo regime de concessão, o sistema rodoviário composto por trechos da BR-163/MT e BR-070/MT, com prazo de 30 anos conforme Contrato de Concessão firmado com a União por intermédio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT” ou “Poder Concedente”):

Objeto do contrato	Prazo	Poder concedente
O objeto do Contrato é a Concessão para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário. A Concessão é remunerada mediante cobrança de tarifa de pedágio, dentre outros.	30 anos	ANTT

A Companhia é parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

No trimestre findo em 31 de março de 2017, não ocorreram mudanças relevantes.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo de R\$ 1.367.088 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 1.344.090), principalmente, em virtude dos financiamentos de curto prazo contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”) e a Caixa Econômica Federal (“CEF”), com vencimentos em 15 de maio de 2017 e 20 de maio de 2017, respectivamente. A Companhia previa em seu Plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do país trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da Companhia e os termos de garantias dos acionistas.

Notas Explicativas

Para equalizar os efeitos do CCL negativo, a Companhia utilizou os recursos advindos das atividades operacionais da Companhia, os aportes dos acionistas e os mútuos subordinados contratados, para equalizar o CCL, até que ocorra a captação do empréstimo de longo prazo.

Operação Lava Jato

Em 1º de dezembro de 2016, o Ministério Público Federal (MPF), no âmbito da denominada “Operação Lava Jato”, firmou acordo de leniência (“Acordo”) com a Odebrecht S.A., holding do grupo Odebrecht, que detém participação indireta na Companhia, que já foi homologado pela Câmara de Combate à Corrupção do MPF sendo que o Acordo ainda será submetido à homologação pelo juízo competente.

A Odebrecht S.A. se comprometeu a cessar completamente o seu envolvimento nos fatos revelados, bem como na adoção de medidas especiais a fim de evitar a repetição de condutas similares no futuro. Assim, programas de integridade (compliance) vêm sendo implementados em todas as suas controladas e serão obrigatoriamente aprimorados nos termos dos artigos 41 e 42 do Decreto 8.420/2015, em atenção às melhores práticas, bem como serão implementadas ações, medidas e iniciativas adicionais de ética, integridade e transparência. Esses compromissos são parte de acordo global firmado pela Odebrecht S.A. concomitante com a autoridade brasileira, suíça e estadunidense.

Conforme exposto a seguir, a Administração da Companhia adotou medidas para o aperfeiçoamento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, além de manter a constante avaliação e apuração dos fatos ocorridos, sempre com vistas a assegurar as melhores práticas de governança.

Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) a implementação do Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, (ii) a operação dos Canais Linha de Ética disponibilizados em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral, (iii) o funcionamento do Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; e (iv) o engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à Cláusula Anticorrupção.

No ano de 2016, com o objetivo de aperfeiçoar o Sistema de Conformidade, a Odebrecht TransPort S.A, controladora indireta da Companhia, alterou a estrutura de Governança do Sistema de Conformidade com a criação do Comitê de Conformidade, órgão de caráter permanente, de apoio ao seu Conselho de Administração, assim como a função do Chief Compliance Officer (CCO), que responde diretamente para o Comitê de Conformidade. Este Comitê e o CCO da Odebrecht TransPort apoiam a Companhia na efetivação do Programa de Conformidade.

Adicionalmente, a Odebrecht TransPort (i) participa em ações coletivas e compromissos públicos ligados ao tema de Conformidade (é signatária do Pacto pela Integridade do Instituto Ethos); (ii) aprovou a Nova Política sobre Conformidade com a Atuação Ética, Íntegra, e Transparente, a qual trata de temas como Anticorrupção, Concorrência Leal, Relacionamento com Entidades e Agentes Públicos, Partes Relacionadas, Lavagem de Dinheiro, Contratação de Terceiros, Patrocínio e Doações, dentre outros, e está a implementando em todas as suas empresas controladas; (iii) realizou, em 2016, treinamento sobre a Nova Política de Conformidade, bem como elaborou plano anual de treinamentos para 2017 dos temas da nova política e instruções decorrentes.

Notas Explicativas

O Acordo está protegido por sigilo judicial e na medida em que a Companhia (i) não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato, (ii) não tenha sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos, (iii) não tenha tido nenhum executivo indiciado, denunciado ou tampouco condenado.

A Administração reforça que, no limite do seu conhecimento, não existe envolvimento da Companhia, seus executivos ou funcionários nas referidas acusações e desconhece qualquer relacionamento e/ou pagamentos por parte da Companhia para as empresas e pessoas alvos envolvidas nas citadas investigações que não estivessem baseados em contratos legalmente válidos ou em Conformidade com prestações de serviços e/ou transações em condições usuais de mercado.

A emissão dessas demonstrações contábeis intermediárias condensadas foi autorizada pela diretoria da Companhia em 12 de maio de 2017.

2. Declaração de conformidade

A emissão das Informações contábeis intermediárias condensadas da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“Companhia” ou “CRO”), relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2017 foram concluídas e aprovadas pela diretoria da Companhia em 5 de maio de 2017.

As informações contábeis intermediárias condensadas contidas nas presentes informações trimestrais foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Conforme Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nesta ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações contábeis anuais. A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis adotadas na apresentação e elaboração, são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações contábeis anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e permanecem válidas para essas Informações Trimestrais. Portanto, essas Informações Trimestrais não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas para as demonstrações contábeis anuais e, conseqüentemente, as correspondentes informações devem ser lidas em conjunto com as notas explicativas nº 2 e 3 daquelas demonstrações contábeis. Essas políticas foram consistentemente aplicadas em todos os períodos de apresentação, exceto quando indicado de outra forma.

As notas explicativas que não sofreram alterações relevantes em relação às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016 não foram incluídas nessas Informações Trimestrais. Todos os valores apresentados nestas Informações Trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.1 Políticas contábeis adotadas

Estas demonstrações contábeis intermediárias condensadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2016, que foram preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”) e normas definidas pela CVM.

Notas Explicativas

A preparação das informações requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Não ocorreram mudanças significativas nas premissas e julgamentos por parte da Administração da Companhia no uso das estimativas para preparação destas informações em relação àquelas utilizadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

A Companhia não possuía outros resultados abrangentes nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Dessa forma, as demonstrações de resultados abrangentes nessas datas não estão sendo apresentadas.

As políticas contábeis apresentadas nas demonstrações contábeis intermediárias condensadas são as mesmas utilizadas na demonstração contábil anual de 31 de dezembro de 2016.

3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de sua contraparte em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Notas Explicativas

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Menos de um ano	Entre um e dois anos
Em 31 de março de 2017		
Fornecedores	31.855	1.059
Fornecedores - partes relacionadas	59.335	-
Mútuos - partes relacionadas	310.809	-
Empréstimos e financiamentos	986.830	-
Em 31 de dezembro de 2016		
Fornecedores	34.517	962
Fornecedores - partes relacionadas	39.452	-
Mútuos - partes relacionadas	299.142	-
Empréstimos e financiamentos	1.001.043	-

- Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores estão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores e outras obrigações;
- As faixas de vencimento apresentadas refletem os prazos contratualmente pactuados com os credores.

d) Exposição a riscos de taxas de juros e índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de variação as taxas de juros, o que pode causar um aumento em sua despesa financeira com o provisionamento de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros TJLP (“Taxa de Juros de Longo Prazo”), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros à esta variável são apresentadas a seguir:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros TJLP.

Notas Explicativas

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (Cenário I) na taxa de juros TJLP foram consideradas as projeções apresentadas abaixo*:

Indicador	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
TJLP	7,5%	7,1%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%	7,5%

(*): Fonte: Projeção Banco Caixa Geral - 31/03/2017.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros TJLP foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (Cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (Cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
TJLP (*)	7,5%	9,3%	11,2%

(*): Refere-se à média aritmética da projeção de 2016 a 2025 das taxas apresentadas acima.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros – TJLP

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros TJLP, é apresentada na tabela abaixo:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso Possível	Cenário III Adverso Extremo
Financiamento Ponte BNDES	mai/17	Alta TJLP	68.548	68.588	68.627
Empréstimo Ponte CEF	mai/17	Alta TJLP	20.157	20.177	20.197

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada versus as taxas de mercado vigentes.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de estruturação financeira e tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

Notas Explicativas

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o trimestre findo em 31 de março de 2017.

e) Exposição a riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida, visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela administração como de primeira linha.

4.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento podem ser assim sumariados:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	986.830	1.001.043
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(5.397)	(6.382)
Aplicações financeiras (Nota 8)	(5.944)	(1.347)
Conta reserva (Nota 9)	(6.788)	(15.232)
Dívida líquida	968.701	978.082
Total do patrimônio líquido	291.895	288.692
Total do capital	1.260.596	1.266.774
Índice de alavancagem financeira - %	77	77

Notas Explicativas

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Empréstimos e recebíveis	
	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	5.397	6.382
Aplicações financeiras	5.944	1.347	-	-
Conta reserva	6.788	15.232	-	-
Contas a receber	-	-	15.770	14.880
Outros ativos	-	-	275	66
	12.732	16.579	21.442	21.328
Outros passivos financeiros				
			31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos e financiamentos			986.830	1.001.043
Fornecedores			32.914	35.479
Fornecedores - Partes relacionadas			59.335	39.452
Mútuos - partes relacionadas			310.809	299.142
Contas a pagar			9.055	5.304
			1.398.943	1.380.420

6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	15.332	14.094
Receitas acessórias	438	786
Total de contas a receber	15.770	14.880
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	12.732	16.579
	12.732	16.579
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	22	19
Bancos conta movimento	4.117	4.726
Numerários em trânsito	630	865
Fundo de troca	628	772
	5.397	6.382
	18.129	22.961

7. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Caixa geral	22	19
Bancos conta movimento	4.117	4.726
Numerários em trânsito	630	865
Fundo de troca	628	772
	5.397	6.382

Notas Explicativas

8. Aplicações financeiras

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 5.944 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 1.347). A Companhia mantém aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remunerados a taxas que variam entre 100% a 102% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). Os recursos aplicados serão utilizados na melhoria da infraestrutura da rodovia.

9. Conta reserva

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças junto aos Bancos Fiadores, (ING, Crédit Agricole, Banco do Brasil, Itaú BBA, Banco Pine e Banco ABC Brasil), e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade da Companhia constituir uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do Empréstimo Ponte junto ao BNDES desde 15 de maio de 2016 e do Empréstimo Ponte junto à CEF desde 01 de agosto de 2016.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES em que assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em novembro de 2016, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde 15 de maio de 2016 no montante de R\$ 31.664, que estavam depositados em Conta Reserva, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A partir desta alteração nas obrigações da Companhia, deixou de ser necessária a continuidade da realização de depósitos na Conta Reserva constituída junto aos Bancos Fiadores.

Em de março de 2017, a Companhia liquidou o saldo devedor, que estavam depositados em Conta Reserva, equivalente aos juros da CEF incorridos de agosto de 2016 a fevereiro de 2016 no montante de R\$ 21.120.

É permitido que a Companhia aplique os valores depositados no fundo de investimento Itaú TOP Referenciado (banco depositário).

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 6.788 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 15.232) para liquidação dos juros do financiamento ponte da CEF, aplicados no fundo de investimento Itaú Top Referenciado remuneradas a taxas que variam entre 99,80% a 101,50% do CDI.

10. Contas a receber

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
<i>Automatic Vehicle Identification ("AVI")</i>	11.010	11.449
Vale pedágio	4.322	2.645
Receitas acessórias	438	786
	15.770	14.880

As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de março de 2017, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas na realização das contas a receber.

Notas Explicativas

10

11. Despesas antecipadas

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Seguros a apropriar	7.292	5.318
Despesas com financiamentos e outras	2.858	2.591
	10.150	7.909
Ativo circulante	8.600	5.988
Ativo não circulante	1.550	1.921

12. Partes relacionadas

	SalDOS		Transações		
	Passivo		Resultado		
	Mútuo	Fornecedores	Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO") (i)	-	56	149	-	-
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI") (ii)	-	38.365	12.862	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. (iii)	268.410	-	-	-	9.823
Odebrecht Rodovias S.A. (iv)	-	16.046	7.417	-	-
Odebrecht Serviços e Participações S.A. (v)	-	4.827	2.655	-	-
Odebrecht Transport S.A. (vi)	42.399	-	-	-	1.549
Odebrecht Previdência ("Odeprev") (vii)	-	41	-	30	-
Em 31 de março de 2017	310.809	59.335	23.083	30	11.372
Em 31 de dezembro de 2016	299.142	39.452	133.309	216	41.724

a) Composição

Em 31 de março de 2017, os saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado relativo a operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

- (i) Refere-se a rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação) prestados pela CNO;
- (ii) Em 20 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou um contrato de EPC (Engineering, Procurement and Construction), na modalidade empreitada integral, por preço global e prazo determinado (turn-key lump sum), com a Construtora Norberto Odebrecht Brasil S.A. ("CNO BR"), atual OECEI, para execução das obras de recuperação e ampliação de capacidade do sistema rodoviário da rodovia BR-163/MT, com prazo para a conclusão de 60 meses contados a partir da data de assinatura da rodovia pela Companhia. O preço global do contrato deverá ser reajustado anualmente, este reajuste de preços unitários do contrato de construção é calculado a partir de uma combinação de índices: mão de obra, produtos siderúrgicos, óleo diesel, Índice Nacional de Custo da Construção ("INCC"), Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), Índice de Obras Rodoviárias - pavimentação, terraplenagem e ligantes betuminosos.

A contratação da OECEI para execução dos serviços de obras de ampliação e melhorias da rodovia BR-163/MT obedeceu aos mesmos critérios estabelecidos para os demais fornecedores, inclusive nos quesitos valor de mercado e especificações técnicas e foram devidamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

Notas Explicativas

11

Este contrato possui como garantia um Seguro Garantia no valor de R\$ 116.926 para o cumprimento das obrigações do tomador vinculadas ao contrato de engenharia, fornecimento e construção das obras de recuperação e ampliação do sistema rodoviário composto por trechos da rodovia br-163/MT.

No trimestre findo em 31 de março de 2017, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 38.365 referente aos serviços de construção da infraestrutura.

(iii)

Data do contrato	Nota	Vencimento	Taxa de remuneração	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
30/12/2015	(a)	28/06/2017	125% do CDI	180.457	173.851
23/02/2016	(b)	28/06/2017	125% do CDI	23.108	22.245
14/03/2016	(b)	28/06/2017	125% do CDI	18.077	17.390
28/03/2016	(b)	28/06/2017	125% do CDI	23.961	23.038
08/07/2016	(c)	28/06/2017	125% do CDI	22.807	21.901
				268.410	258.425

- (a) Em 30 de dezembro de 2015, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias;
- (b) Em 23 de fevereiro de 2016, 14 de março de 2016 e 28 de março de 2016 a Companhia firmou contratos de mútuos com sua controladora indireta OTP. Em 07 de julho de 2016, a OTP assinou contratos de Cessão de Créditos com sua controlada direta ODBVias, nos quais cede os direitos creditórios dos contratos de mútuos que detinha com a Companhia. Portanto, a partir desta data a Companhia torna-se devedora dos valores dos contratos de mútuos citados anteriormente à sua acionista ODBVias;
- (c) Em 08 de julho de 2016, a Companhia assinou contrato de mútuo com a ODBVias.

Os mútuos estão subordinados ao vencimento do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, os pagamentos dos mútuos ficam subordinados a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

Os vencimentos dos mútuos são renováveis automaticamente por até 6 períodos sucessivos de 30 dias.

Os recursos captados através destas operações de mútuos deverão ser exclusivamente utilizados pela Companhia para investimentos na Rodovia.

No trimestre findo em 31 de março de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 9.823 de juros sobre os contratos de mútuo com a ODBVias.

Notas Explicativas

12

- (iv) Em 8 de outubro de 2015, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras e os projetos executados por terceiros contratados pela Companhia. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia e ODBVias assinaram o Termo de Distrato e Encerramento contratual, o qual formaliza o encerramento contratual, tendo em vista a conclusão das obras.

Em 1º de setembro de 2016, a Companhia assinou um Acordo de Rateio de Despesas com a ODBVias e CRB para rateio de despesas administrativas e financeiras. O acordo visa evitar o dispêndio excessivo de recursos por parte das empresas envolvidas, considerando que a ODBVias já dispõe de uma estrutura para atuar em negócios e operações em geral, com pessoal especializado e com prestadores de serviços terceirizados, que podem ser compartilhados com as demais empresas envolvidas no acordo.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia assinou Contrato de Elaboração de Projetos de Engenharia com a ODBVias, que tem como objeto prestação de serviços de Engenharia para elaboração e desenvolvimento de Anteprojetos, Projetos Executivos para as obras de Fluidez da Rodovia dos Imigrantes – BR-070 e para o Trecho de 108 km entre Cuiabá/MT e Rosário Oeste/MT. Este contrato prevê duas naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa” e “remuneração variável”. A remuneração fixa será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições do cronograma físico-financeiro do contrato e a remuneração variável é referente a um bônus de desempenho, caso o projeto executivo final resulte em redução de valores totais de implantação das obras. Os custos serão reajustados com base no IPCA. Não há garantias previstas neste contrato.

Em 17 de outubro de 2016, a Companhia celebrou Contrato de Gerenciamento, Acompanhamento, Qualificação e Consultoria de Engenharia e Construção com a ODBVias, que tem por objeto gerenciar as obras, os projetos e execução dos serviços de conserva especial e de rotina executados por terceiros contratados pela Companhia e executar orçamentos de obras e custos indiretos, prestação de serviços de consultoria técnica especializada de engenharia e meio ambiente e elaboração de estudos de viabilidade dos investimentos relativos as obras. Este contrato prevê três naturezas distintas de remuneração, quais sejam, “remuneração fixa”, “remuneração variável” e “remuneração mediante aprovação de orçamento”. A remuneração fixa corresponde ao percentual de 5,29% aplicado sobre os serviços gerenciados discriminados nas Ordens de Serviço emitida pela ODBVias, será paga mensalmente pela Companhia, de acordo com as medições elaboradas de acordo com as respectivas Ordens de Serviço. Remuneração variável é referente a um mérito por eficiência de engenharia e/ou melhorias técnico-comerciais. A remuneração Mediante Aprovação de Orçamento consiste em serviços técnicos especializados prestados pelo corpo técnicos de profissionais especialistas em projetos, soluções de engenharia e orçamentos de obras da ODBVias. Não há garantias previstas neste contrato.

Notas Explicativas

13

(v) Em 17 de julho de 2015, a Companhia celebrou contrato com a Odebrecht Serviços e Participações S.A., referente a locação de máquinas e equipamentos utilizados na construção da rodovia BR-163 MT, com prazo de 12 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com as locações efetivamente concretizadas dos equipamentos. Decorridos 12 meses do início do contrato, as partes deverão proceder reajuste dos preços unitários das locações, tendo como base o índice INCC-DI, Série 3, acumulado no período. No trimestre findo em 31 de março de 2017, foi registrado o montante de R\$ 2.655. Não há garantias previstas neste contrato.

(vi)

Data de liberação	Vencimento (*)	Taxa de remuneração	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
24/06/2016	30/06/2017	125% do CDI	42.399	40.717
			42.399	40.717

Em 24 de junho de 2016, a Companhia firmou contrato de mútuo com a OTP.

Os mútuos estão subordinados ao vencimento do contrato de empréstimo ponte com o BNDES, desta forma, os pagamentos dos mútuos ficam subordinados a liberação do empréstimo de longo prazo com o BNDES. Os mútuos poderão ser liquidados antecipadamente, caso o empréstimo de longo prazo seja liberado pelo BNDES antes da data de vencimento do mútuo.

No trimestre findo em 31 de março de 2017, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 1.549 de juros sobre o contrato de mútuo.

(vii) Odeprev refere-se a plano de previdência complementar da Companhia.

b) Honorários da diretoria

A remuneração paga aos administradores estatutários e do Conselho de Administração da Companhia nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e de 2016, totalizaram os montantes de R\$ 592 e R\$ 531, respectivamente:

	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Salários	461	439
Encargos	113	88
Previdência complementar	2	4
Outros	16	-
	592	531

c) Participação no lucros e resultados

Em 31 de março de 2017 a Companhia provisionou participação nos resultados aos empregados no montante de R\$ 5.321 (31 de dezembro de 2016 – R\$ 4.452) (Nota 17).

Notas Explicativas

14

13. Imposto de renda e contribuição social diferidos**Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos**

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Ativo (passivo) fiscal diferido		
Prejuízo fiscal	23.093	22.163
Resultado pré-operacional	21.868	22.162
Juros, IOF e custos de transação capitalizados	(33.946)	(31.612)
	11.015	12.713

A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
2016	-	-
2017	1.458	1.458
2018	13.580	13.580
2019	2.820	2.820
2020 em diante	5.235	4.305
	23.093	22.163

Como base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas no lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

14. Imobilizado

	Equipamentos e instalações	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Benefícios em imóveis de terceiros	Total
Custo	898	1.357	581	1.818	1.687	6.341
Depreciação/exaustão	(205)	(485)	(165)	(832)	(1.552)	(3.239)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	693	872	416	986	135	3.102
Aquisições	34	-	-	266	-	300
Depreciação	(35)	(69)	(17)	(103)	(98)	(322)
Baixa líquida	-	(1)	(3)	(13)	(33)	(50)
Saldo contábil	692	802	396	1.136	4	3.030
Custo	932	1.357	578	2.084	1.687	6.638
Depreciação/exaustão acumulada	(240)	(555)	(182)	(948)	(1.683)	(3.608)
Saldo em 31 de março de 2017	692	802	396	1.136	4	3.030
Taxas anuais de depreciação (%)	10	5	5 a 10	20	*	

A depreciação do imobilizado está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativas” na Demonstração do resultado do trimestre, conforme Notas 23 e 24.

Notas Explicativas

15

15. Intangível**Infraestrutura**

	Recuperação	Operação	Melhoramentos	Intangível em formação	Software	Total
Custo	746.354	67.119	537.561	303.752	369	1.655.155
Amortização	(16.619)	(1.811)	(12.643)	-	(130)	(31.203)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	729.735	65.308	524.918	303.752	239	1.623.952
Aquisições	-	2	-	33.051	67	33.120
Transferências	35.177	4.422	17.843	(57.442)	-	-
Juros e encargos capitalizados	-	-	-	6.621	-	6.621
Amortização	(3.005)	(293)	(2.412)	-	(20)	(5.730)
Baixas, líquidas de amortização	-	-	(446)	-	-	(446)
Saldo contábil	761.907	69.439	539.903	285.982	286	1.657.517
Custo	781.531	71.543	554.687	285.982	436	1.694.179
Amortização	(19.624)	(2.104)	(14.784)	-	(150)	(36.662)
Saldo em 31 de março de 2017	761.907	69.439	539.903	285.982	286	1.657.517
Taxas anuais de amortização (%) (*)					20	

(*) Os demais intangíveis foram amortizados de acordo com o prazo do contrato de concessão (30 anos).

A amortização do intangível está alocada nas rubricas “Custo de serviços” e “Gerais e administrativos” na Demonstração do resultado do período, conforme Notas 23 e 24.

(i) Intangível – Infraestrutura

Refere-se aos custos dos investimentos na infraestrutura da concessão, que ao final do contrato serão reversíveis ao poder concedente.

A amortização, dos itens de Recuperação, Operação, Melhoramentos e Intangível em formação, é calculada com base na projeção da curva de demanda, considerando variáveis econômicas e potencial aumento no volume de tráfego, durante o período da Concessão. Esta projeção é reconhecida no resultado e o acompanhamento entre o previsto e realizado é feito anualmente.

As adições do trimestre findo em 31 de março 2017, refere-se a ampliação de capacidade e melhorias no sistema rodoviário da BR-163/MT, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01-R1 – Contrato de Concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar aos usuários da rodovia, através de tarifação, durante todo o período concedido (30 anos).

- **Recuperação**

A descrição da rubrica Recuperação consiste na recuperação da pista existente, na implantação de acessos, viadutos e pontes, na conservação dos canteiros, faixa de domínio e drenagens, além da construção das bases de atendimento aos usuários (SAU) e praças de pedágio.

- **Operação**

A descrição da rubrica Operação consiste basicamente na administração da concessionária, na implantação dos sistemas de controle de tráfego, arrecadação de pedágio, atendimento ao usuário, sistema de telefonia e radiocomunicação e na aquisição de móveis e utensílios das bases SAU e das praças de pedágio.

Notas Explicativas

16

- **Melhoramentos**

A descrição na rubrica Melhoramentos consiste basicamente na duplicação da pista simples, da sinalização do sistema rodoviário, dos juros e encargos sobre infraestrutura e da construção dos retornos de nível.

- **Intangível em formação**

A descrição da rubrica Intangível em formação é referente aos itens classificados como recuperação, operação e melhoramentos que ainda estão em fase de construção.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 6.621 no trimestre findo em 31 de março de 2017 (31 de dezembro de 2016 R\$ 35.282).

Após o início das operações de arrecadação, o critério de amortização destes itens foi alterado para a curva de tráfego, exceto pelo grupo de *softwares*, que é amortizado pelo método linear e alocado ao resultado. Até o início da arrecadação os demais itens do ativo intangível foram amortizados linearmente de acordo com o prazo da concessão.

16. Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Empréstimo BNDES (b)	R\$	TJLP + 2,0%	665.700	666.155
Empréstimo Caixa Economica Federal (c)	R\$	TJLP + 3,5%	330.419	342.470
Custos de captação a amortizar (d)	R\$		(9.289)	(7.582)
			986.830	1.001.043
(-) Passivo circulante				
Empréstimos BNDES			657.324	659.645
Empréstimo Caixa Economica Federal			329.506	341.398
			986.830	1.001.043

a) Movimentação

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Saldo no final do trimestre / exercício	1.001.043	938.378
Juros provisionados	23.721	96.490
Juros pagos	(36.227)	(36.531)
Custo de transação	(12.987)	(46.389)
Amortização do custo de transação	11.280	49.095
Saldo final do trimestre / exercício	986.830	1.001.043

b) BNDES

Em 11 de setembro de 2014, a Companhia e o BNDES assinaram o contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 14.2.066.1 no montante de R\$ 762.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da rodovia BR-163 MT, com vencimento inicial em 15 de fevereiro de 2016. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,00% a.a., acima da TJLP.

Notas Explicativas

17

O BNDES liberou o montante de R\$ 590.000 para a Companhia, sendo, R\$ 240.000 em 24 de setembro de 2014, R\$ 200.000 em 26 de dezembro de 2014, e R\$ 150.000 em 22 de abril de 2015.

Em 02 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de janeiro de 2016 até 15 de março de 2016; e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, de 15 de fevereiro de 2016 para 15 de abril de 2016.

Em 12 de abril de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de carência, utilização e amortização do empréstimo junto ao BNDES, sendo: (i) prazo de carência e de utilização, de 15 de março de 2016 para 15 de abril de 2016, e (ii) data de vencimento da parcela única de amortização, 15 de abril de 2016 para 8 de maio de 2016.

Em 06 de maio de 2016, a Companhia assinou aditivo contratual prorrogando novamente o prazo de amortização do empréstimo para 29 de julho de 2016, mediante assinatura de carta fiança da ODBVias e da OTP na qual prevê garantia do cumprimento das obrigações no âmbito do Contrato de Prestação de Garantia.

Em 22 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 29 de julho de 2016 para 14 de novembro de 2016. Em paralelo, em 26 de julho de 2016, celebrou aditivo do Contrato de Prestação de Garantias juntos aos Bancos Fiadores, em que foi prevista a constituição de uma Conta Reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos desde 15 de maio de 2016 (Nota 9). Já a amortização de principal e juros do empréstimo ponte junto ao BNDES seria realizada em parcela única.

Em 17 de novembro de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 14 de novembro de 2016 para 15 de fevereiro de 2017. Neste aditivo, a Companhia assumiu e cumpriu com a obrigação de amortizar, em novembro de 2016, parcela do saldo devedor equivalente aos juros incorridos desde 15 de maio de 2016 no montante de R\$ 31.664, que estavam depositados em Conta Reserva, além de liquidar juros futuros em caráter mensal. A partir desta alteração nas obrigações da Companhia, deixou de ser necessária a continuidade da realização de depósitos na Conta Reserva constituída junto aos Bancos Fiadores.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto ao BNDES prorrogando novamente o prazo de vencimento do Empréstimo Ponte de 15 de fevereiro de 2017 para 15 de maio de 2017.

O saldo atualizado dos contratos em 31 de março de 2017 é de R\$ 665.700.

Notas Explicativas

18

c) Caixa Econômica Federal

Em 20 de agosto de 2015, a Companhia e a CEF assinaram o contrato de financiamento nº. 445.809-84 no montante total de R\$ 300.000, destinados aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incidirão juros de 3,5% a.a., acima da TJLP, o vencimento do principal e dos juros do financiamento está previsto para 20 de maio de 2017.

Em 29 de setembro de 2015, a CEF efetuou liberação total do financiamento.

Em 26 de julho de 2016, a Companhia celebrou aditivo contratual de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças junto aos Bancos Fiadores e a CEF, que previu, entre outras alterações, a obrigatoriedade da Companhia constituir uma Conta reserva com depósitos equivalentes aos juros devidos no âmbito do Empréstimo Ponte junto à CEF desde 01 de agosto de 2016.

Em 03 de março de 2017, a Companhia celebrou aditivo contratual junto a CEF prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de fevereiro de 2017 para 20 de maio de 2017 limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte BNDES.

O saldo atualizado do contrato em 31 de março de 2017 é de R\$ 330.419.

d) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (“TIR”) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	31 de março de 2017		31 de dezembro de 2016	
	CEF	BNDES	Total	Total
Saldo no início do trimestre / exercício	1.072	6.510	7.582	10.288
Custos incorridos	868	12.119	12.987	46.389
(-) Amortizações	(1.027)	(10.253)	(11.280)	(49.095)
Saldo no final do trimestre / exercício	913	8.376	9.289	7.582

e) Garantias

O contrato de financiamento com o BNDES detém como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras (“Fiadores”). Em favor dos fiadores foram oferecidas em garantia a alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

Em 06 de maio de 2016 a ODBVias e a OTP assinaram carta de fiança corporativa em favor dos Fiadores perante o Contrato de Prestação de Garantias. Esta fiança garante aos Fiadores o cumprimento de todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias do Contrato de Prestação de Garantias.

Notas Explicativas

19

O contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da controladora indireta OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios.

f) Principais compromissos assumidos

As cláusulas restritivas dos contratos de financiamento ponte foram cumpridas pela Companhia em 31 de março de 2017.

17. Obrigações sociais e trabalhistas

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Encargos sociais e trabalhistas	4.195	4.007
Benefícios a empregados	31	31
Participação nos lucros e resultados	5.321	4.452
	9.547	8.490

18. Contas a pagar

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Seguros a pagar	3.458	377
Verbas do contrato de concessão	4.575	3.804
Outras contas a pagar	1.022	1.123
	9.055	5.304

19. Contingências e provisões para causas judiciais

	31 de março de 2017	31 de dezembro de 2016
Reclamações cíveis	490	433
Outras	65	55
	555	488

A Companhia tem ações de naturezas cíveis e trabalhista, envolvendo risco de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante estimado de R\$ 6.797 em 31 de março de 2017 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 5.642).

No trimestre findo em 31 de março de 2017, a Companhia apresenta R\$ 1.235 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 1.223) na rubrica de depósitos judiciais referente à processos de desapropriações.

20. Provisão para conserva especial

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 13.750 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 8.679) referente a provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de 5 anos, descontados a valor presente, com taxas de 11,15% a.a. (31 de dezembro de 2016 - 13,30% a.a.) e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

Notas Explicativas**21. Patrimônio líquido****a) Capital social**

Em 31 de março de 2017, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 313.558, representado por 313.558.000 ações ordinárias normativas e sem valor nominal, pertencentes a acionista ODBVias.

22. Receita líquida

	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	39.898	114.736
Receitas em numerário	32.633	36.920
Receitas de AVI (“Automatic Vehicle Identification”) (ii)	37.707	34.290
Receitas de vale pedágio (iii)	24.701	25.162
Receitas acessórias	920	1.116
Outras receitas de pedágio	4	188
Receita de operação	95.965	97.676
Receita total	135.863	212.412
Tributos sobre serviços de operação	(8.061)	(8.070)
Outras deduções	(39)	-
	127.763	204.342

- (i) A Companhia reconheceu, nos trimestres findos em 31 de março de 2017 e de 2016, R\$ 39.898 e R\$ 114.736, respectivamente, como receita de construção ICPC 01-R1 – Contratos de concessão. Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro.
- (ii) Oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento - AVI (“Automatic Vehicle Identification”) são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas para os usuários via empresas especializadas;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (Cielo Visa e Dbtrans).

Notas Explicativas

21

23. Custo dos serviços

	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Depreciação e amortização	(5.834)	(5.373)
Salários e encargos	(7.470)	(7.464)
Gastos gerais	(5.253)	(4.674)
Serviços de terceiros	(11.132)	(10.490)
Seguros	(1.067)	(1.335)
Provisão para conserva especial	(4.799)	(1.070)
Materiais	(1.126)	(672)
Aluguéis	(221)	(297)
	(36.902)	(31.375)
Custo de construção ICPC 01-R1	(39.898)	(114.736)
	(76.800)	(146.111)

24. Despesas gerais e administrativas

	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Salários e encargos	(2.376)	(2.674)
Serviços de terceiros	(1.417)	(754)
Depreciação e amortização	(218)	(276)
Materiais e equipamentos	(179)	(252)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(375)	(418)
Despesas com viagens	(153)	(139)
Provisão para contingências	(67)	(2)
Gastos gerais	(712)	(522)
	(5.497)	(5.037)

25. Resultado financeiro, líquido

	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(18.733)	(19.425)
Juros sobre mútuos	(11.372)	-
Custos de transação	(9.649)	(2.998)
Juros sobre atraso	(694)	(1.256)
IOF	(324)	(703)
Ajuste a valor presente	(271)	-
Outras	(199)	(140)
	(41.242)	(24.522)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	654	351
Outras	40	65
	694	416
Resultado financeiro, líquido	(40.548)	(24.106)

Notas Explicativas

22

26. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido**Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Lucro antes dos impostos	4.900	29.270
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(1.666)	(9.952)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	-	-
Exclusões permanentes, líquidas	-	40
Outros	(31)	-
Efeito IR e CSLL no resultado	(1.697)	(9.912)
IR e CSLL corrente	-	(2.111)
IR e CSLL diferido	(1.697)	(7.801)
Total de IR e CSLL diferidos	(1.697)	(9.912)

27. Lucro por ação**Básico**

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante os trimestres findos em 31 de março:

	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Lucro do trimestre	3.203	19.358
Quantidade média ponderada de ações	231.121	240.558
Lucro básico por lote de mil ações	13,86	80,47

28. Demonstração do fluxo de caixa

- a) Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do trimestre findo em 31 de março. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	31 de março de 2017	31 de março de 2016
Capitalização de juros no ativo intangível	-	(12.171)
Fornecedores	11.772	(3.022)
Partes relacionadas	(19.477)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(7.705)	(15.193)
Aquisição de ativo intangível	7.705	3.022
Capitalização de juros no ativo intangível	-	12.171
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	7.705	15.193

Notas Explicativas

23

29. Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas consideradas pela Administração suficientes para cobrir os riscos inerentes de suas atividades, considerando a natureza e o grau de risco.

A contratação de seguros é baseada no cumprimento das obrigações contidas em cláusula específica do Contrato de Concessão, onde são exigidos: (i) seguro de danos materiais; (ii) seguro de responsabilidade civil e (iii) seguro garantia do poder concedente.

Em 31 de março de 2017, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Risco de engenharia + ALOP	3.037.621	mai/15 a mar/19
Garantia de concessões públicas	343.634	mar/17 a mar/18
Risco operacional	330.417	jun/16 a jun/17
Responsabilidade civil - Engenharia	50.000	mai/14 a mar/19
Risco de administradores e diretores	40.000	abr/16 a abr/17
Responsabilidade civil	60.000	jun/16 a jun/17
Seguro de veículos	(*)	out/16 a set/17

(*) 100% a 110% da tabela FIPE.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos:

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota do Oeste S.A.

Cuiabá – MT

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Rota do Oeste S.A. (Companhia), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Responsabilidade dos auditores independentes

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “Review of financial information performed by the independent auditor of the entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Endividamento de curto prazo

Conforme descrito na nota explicativa no 1, chamamos a atenção para o fato de que em 31 de março de 2017 o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante no montante de

R\$ 1.367.088 oriundos da sua dívida de curto prazo com instituições financeiras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 01 a Companhia encontra-se em negociação junto a instituições financeiras para a contratação de empréstimos e financiamentos de longo prazo, visando o reequilíbrio dessa situação. Eventual insucesso dessas negociações e a não confirmação da captação de recursos com terceiros suscitaria incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto à capacidade de continuidade do plano de investimentos da Companhia. As demonstrações contábeis em 31 de março de 2017 não contem ajustes e/ou reclassificações por conta desse assunto. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Ênfase

Operação Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, desde 2014 encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal, no contexto da chamada Operação Lava Jato, e que envolvem empresas e executivos do Grupo Odebrecht, da qual a Companhia faz parte. Até o presente momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas conseqüências futuras. As demonstrações contábeis da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos, Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis intermediárias é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com às demonstrações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de maio de 2017.

Nelson Fernandes Barreto Filho

CT CRC 1SP-151.079/O-0

Edinilson Attizani

CT CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017.

Cuiabá, 12 de maio de 2017.

Ana Carolina de Carvalho Farias

Diretora Presidente

Fernando Cezar Xavier

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Diogo Wanderley Costa Santiago

Diretor Técnico de Engenharia

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, os diretores abaixo designados da Concessionária Rota do Oeste S.A (“Concessionária”), sociedade por ações, com sede na Av. Miguel Sutil, 15.160, Coophamil, Cuiabá/MT, inscrita no CNPJ 19.521.322/0001-04, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao trimestre findo em 31 de março de 2017.

Cuiabá, 12 de maio de 2017.

Ana Carolina de Carvalho Farias

Diretora Presidente

Marcelo Cardoso Pinto

Diretor Administrativo-Financeiro e de Relações com Investidores

Diogo Wanderley Costa Santiago

Diretor Técnico de Engenharia